

Bruxelas, 14 de janeiro de 2016  
(OR. en)

15305/15

**COPEN 354**  
**EUROJUST 205**  
**EJN 100**

**NOTA**

---

de:	Dr Sebastian Jeckel, Representação Permanente da República Federal da Alemanha junto da União Europeia
data:	30 de novembro de 2015
para:	Christine Roger, Directora-Geral, Conselho da União Europeia

---

Assunto:	Implementação da Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho de 27 de novembro de 2008 relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia - Notificação e implementação
----------	--

---

Exma. Senhora Directora-Geral,

Tenho a honra de enviar a V. Ex.<sup>a</sup> o texto<sup>1</sup>, acompanhado de explicações, das disposições que transpõem para o direito nacional as obrigações decorrentes da Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia. A lei de transposição veio alterar disposições da lei relativa à cooperação internacional em matéria penal (*Gesetz über die internationale Rechtshilfe in Strafsachen*). Estas alterações entraram em vigor a 25 de julho de 2015.

---

<sup>1</sup> Nota do Secretariado: este texto não vem anexado ao presente documento.

Junto se envia o texto das declarações da República Federal da Alemanha sobre a referida decisão-quadro:

No que respeita ao artigo 2.º, n.º 1:

As autoridades competentes são as delegações do Ministério Público nos tribunais regionais tanto para a execução de sentenças estrangeiras na República Federal da Alemanha como para a execução de sentenças alemãs proferidas noutros Estados-Membros. Os tribunais locais são competentes para a execução das sentenças alemãs noutros Estados-Membros se o juiz do tribunal de menores for o responsável pela aplicação da lei em conformidade com os artigos 82.º e 110.º da Lei relativa aos tribunais de menores.

No que respeita ao artigo 4.º, n.º 7:

Nos casos referidos no artigo 4.º, n.º 1, alínea c), da decisão-quadro, o consentimento da autoridade competente na República Federal da Alemanha não é necessário no que respeita aos Estados-Membros que tenham apresentado uma notificação correspondente se a pessoa condenada tiver a sua residência legal e habitual na Alemanha e não tiver sido iniciado um processo para pôr fim a essa residência.

No que respeita ao artigo 7.º, n.º 4:

O artigo 7.º, n.º 1, da decisão-quadro, não se aplica à execução de sentenças estrangeiras na República Federal da Alemanha.

No que respeita ao artigo 23.º, n.º 3:

As autoridades competentes da República Federal da Alemanha podem solicitar que a sentença ou partes essenciais da mesma sejam acompanhadas de uma tradução em alemão.

A notificação eletrónica dos atos de execução já foi efetuada na base de dados das medidas nacionais de execução.

(Fórmula de cortesia)

(a.) Sebastian Jeckel